



ASSENTAMENTOS DE SUBMORADIAS, REVISITANDO O ALTO SANTO ANTÔNIO – JUIZ DE FORA- MG

ASENTAMIENTOS DE SUBMORADAS, REVISITANDO EL ALTO SANTO ANTONIO –
JUIZ DE FORA – MG

Carla Cristiane Nunes

Telma Souza Chaves

telmaschaves@bol.com.br

Nathan Belcavello de Oliveira

nathan.oliveira@cidadades.gov.br

Universidade de Juiz de Fora

RESUMO

Este trabalho tem objetiva analisar os impactos econômicos no espaço urbano de Juiz de Fora. Selecionamos para realizar esta análise o crescimento de assentamentos de submoradias, como reflexo da segregação sócio-espacial e seus aspectos sócio-ambientais na cidade, buscando assim, um estudo sobre estes fenômenos. No Alto Santo Antônio, a primeira tentativa de ocupação ocorreu há 15 anos, mas quase todas as famílias foram retiradas. Há 10 anos, porém, uma nova invasão logrou algum êxito. Atualmente o local de estudo está recebendo a interferência de equipamentos urbanos. Assim uma análise da política urbana se faz necessária para uma verificação da melhoria de condição de vida destes moradores. Um estudo comparativo do antes e o depois, do que está sendo realizado para avaliar a gestão e o planejamento urbano, nos seus aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso e parcelamento do solo, habitação, à infra-estrutura e aos serviços públicos.

Palavras chave: submoradias, políticas públicas, infra-estrutura urbana.

RESUMEN

Este trabajo objetiva analizar los impactos económicos em el espacio urbano de Juiz de Fora. Seleccionamos para realizar esta análisis el crecimiento de asentamientos de submoradas, como reflejo de la segregación sócio-espacial y sus aspectos sócio-ambientales en la ciudad, buscando desta forma un estudio sobre estes fenómenos. En el Alto Santo Antonio, la primera tentativa de ocupación ocurrió hace 15 años, pero sacaran casi todas las familias. Sin embargo, hace 10 años, una nueva invasión logró algún éxito. Em la actualidad el local de estudio recibe la interferencia de equipamientos urbanos. Desta forma, una análisis de la política urbana se hace necesaria para una verificación de la mejoría de la condición de vida destes habitantes. Um estudio comparativo de lo antes y de lo despues, de lo que está sendo realizado para avaliar la gestión y el planeamiento urbano, en sus aspectos institucionales, financieros, legales y político-administrativos, especialmente cuánto al uso y al parcelamento del suelo, habitación, a la infra-estructura y a los servicios públicos.

Llave de las palabras: submoradias, política pública, infraestructura urbana



Introdução:

Juiz de Fora, cidade de “porte médio”, vive nas últimas décadas um processo intenso de reorganização espacial, provocado pela mudança nos modelos de uso e ocupação do solo urbano em algumas de suas regiões. Nesse processo, surgem locais que se destacam pelo crescimento demográfico, e alguns deles pelas aglomerações de população de baixa renda.

Este trabalho procura realizar um estudo de caso em um dos assentamentos de submoradias, com reflexo sócio-espacial na cidade de Juiz de Fora, localizada no sudeste do Estado de Minas Gerais.

Juiz de Fora é uma cidade que se destaca na Zona da Mata Mineira devido às suas características econômicas, sociais, políticas e culturais, o que tem provocado a intensa migração de pessoas das cidades da sua microrregião.

A migração, a ocupação desordenada, a falta de planejamento urbano aliada a uma política que visa somente o crescimento, têm contribuído para que Juiz de Fora vivencie o crescente aumento de assentamentos subnormais, considerados aqui aqueles assim caracterizados:

- Casas precárias, muitas vezes construídas com materiais aproveitados ou alvenaria;
- Locais de moradias dos segmentos populacionais mais carentes, onde os domicílios são têm padrão auto-construtivo e sem atendimento de serviços essenciais de infraestrutura urbana;
- Localizam-se em sua maioria, nas periferias das cidades médias em geral.

A mobilidade residencial e a segregação sócio-espacial são conceitos que se revelam e se relacionam, em especial na era da globalização, quando ganham força enquanto fenômenos espaciais, e é isto que procuramos demonstrar neste trabalho.

A mobilidade residencial, mesmo sendo um fenômeno encerrado no espaço intra-urbano, esta intimamente ligada com os processo migratórios regionais e nacionais, pois sua maior ou menor dinâmica espacial será diretamente influenciada pela chegada ou não de novos contingentes populacionais. (OLIVEIRA, 2005b, p3)

Um Breve Panorama Sobre os Assentamentos de Submoradias

Em sua maioria as “submoradias” (casas precárias) se localizam em assentamentos irregulares (invasões) que se caracterizam pela ocupação espontânea em terrenos de propriedade alheia (áreas públicas ou privadas), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e conseqüentemente podendo estar se encontrar em áreas de risco (ocupação de encostas íngremes, beira de córregos, etc.)



Por serem assentamentos subnormais, também são áreas carentes de infra-estrutura urbana e serviços essenciais públicos (rede de esgoto, iluminação pública, calçamento, coleta de lixo, transporte, segurança, entre outros). Isso reflete o crescimento urbano sem um devido planejamento. O homem necessita, no mínimo, de uma moradia decente para que se sinta um cidadão.

Os assentamentos subnormais já ocorrem na grande parte das cidades médias brasileiras, como conseqüência do agravamento da falta de condições financeiras que impossibilitam o acesso à moradia.

De acordo com os dados divulgados pelo IPEA (1999) nas duas últimas décadas a distribuição de renda permanece inalterada no país, ou seja, os 10% mais ricos da população concentram em suas mãos 50% da riqueza do país. Enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 14%, aproximadamente o que ganha, sozinho, 1% dos mais ricos do país. Dentro desta perspectiva, a pobreza é a expressão da desigualdade na distribuição da riqueza e, em grande medida, subproduto da concentração da renda.

Outros vetores acentuam este processo de desigualdade e pobreza, como o padrão de acumulação historicamente centrado no arrocho salarial, desemprego e precariedade das relações de trabalho, estrutura tributária regressiva, redirecionamento do gasto público e os desníveis educacionais.

Sendo assim, dentro do âmbito da Ciência Geográfica e das Ciências Sociais, pretendemos traçar um retrato abrangente da realidade das condições dos assentamentos subnormais, caracterizando-os, apontando o papel do planejamento urbano na elaboração de ações que contribuam para minimizar as desigualdades, demonstrando como a produção do espaço segrega pessoas e o próprio espaço.

Esse trabalho é importante para analisar um recorte espaço temporal em um dos assentamentos subnormais, no caso o Alto Santo Antônio localizado na zona leste da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

O Alto Santo Antônio em 2004

O Alto Santo Antônio localizado no cume do morro de um bairro popular da cidade de Juiz de Fora, denominado Santo Antônio, teve a primeira tentativa de ocupação há 15 anos, mas quase todas as famílias que invadiram o local foram retiradas. Há 10 anos, porém, uma nova ocupação logrou algum êxito constituindo hoje o que se conhece como o Alto Santo Antônio.

Segundo pesquisa realizada em 2004, as famílias viviam em condições precárias de infra-estrutura. Eram 111 famílias, mais da metade das habitações e terrenos estavam vagos;



abandonados aguardando a melhoria das condições de infra-estrutura local para que futuramente fossem ocupados ou vendidos. Do número total de submoradias habitadas, 86,96% eram de alvenaria, sendo o restante construído de madeira e/ou algum tipo de material aproveitado.

O abastecimento de água era feito através de caminhão pipa que abastecia uma caixa d'água coletiva no ponto mais alto do assentamento. Esta caixa d'água era ligada às submoradias através de canos de PVC. Ao todo, 94,20% das famílias eram abastecidas dessa maneira. O restante das famílias utilizavam água proveniente da rede pública – 1,45% – e de uma nascente existente no local – 4,35%.

Em relação ao escoamento sanitário; 97,10% das famílias declararam escoar seu esgoto para fossas rudimentares, o que poderia comprometer seriamente o lençol freático e o consumo da água proveniente da nascente existente no Alto Santo Antônio, além de ser fator de risco a escorregamento da encosta do morro, dado que no local existe um afloramento rochoso e boa parte das submoradias se encontra em terreno com solo de pouco espesso. Somente 1,45% das submoradias, possuíam ligação com a rede pública de esgoto; mesmo assim essas estavam localizadas nas áreas menos íngremes do local e com menor risco a escorregamento.

Quanto a iluminação, o local não possuía qualquer tipo de iluminação pública. Das famílias que ali habitavam, 69,57% utilizavam relógio comunitário, dividindo a conta com moradores de casas localizadas no bairro Santo Antônio. Somente 8,70% possuíam relógio de energia próprio e o restante – 21,74% – não possuía acesso à energia elétrica utilizando lampião e/ou vela para iluminação de sua residência.

Em relação à coleta de lixo, a comunidade era bem atendida; 92,75% das famílias tinham seu lixo recolhido pelo serviço de limpeza urbana municipal. O restante – 7,25% – queimava ou jogava seu lixo a céu aberto.

Atualmente o local de estudo está recebendo a interferência de equipamentos urbanos. Assim uma análise da política urbana se faz necessária para uma verificação da melhoria de condição de vida destes moradores. Um estudo comparativo do antes e o depois, do que está sendo realizado para avaliar a gestão e o planejamento urbano, nos seus aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso e parcelamento do solo, habitação, à infra-estrutura e aos serviços públicos.

O Alto Santo Antônio em 2006

Atualmente as famílias vivem em melhores condições de infra-estrutura básica (água, esgoto, iluminação, coleta de lixo). O quadro ocupacional das habitações e terrenos apresenta um



novo aspecto quanto ao padrão de construção, aumentou o número de casas de alvenaria e o número de terrenos ocupados, em função de uma intervenção do poder público municipal financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Hoje o abastecimento de água continua sendo feito por caminhão pipa numa caixa d'água coletiva no ponto mais alto do assentamento, porém com maior frequência, visto que a rua principal recebeu calçamento tornando o local mais acessível. Ainda persiste algumas famílias que se abastecem de água a partir de uma nascente existente no local.

Em relação ao escoamento sanitário; a rede de esgoto está sendo construída, enquanto aguardam o término das obras, as famílias ainda fazem o uso de fossas rudimentares. Chamamos a atenção para o fato desta obra levar um tempo maior do que o normal, em função do local está assentado num afloramento rochoso.

Quanto a iluminação, o local já possuiu energia elétrica, a maioria das famílias que ali habitam hoje possuem relógio próprio, não mais precisando utilizar vela ou lampião para iluminação de sua residência como era anteriormente.

Em relação à coleta de lixo, a comunidade continua sendo bem atendida o lixo é recolhido pelo serviço de limpeza urbana municipal, como afirmando anteriormente este serviço tam'bem tem uma maior frequência, ainda persistem alguns resquícios de lixo a céu aberto.

Outro ponto de destaque, é que os moradores ainda recebem duas linhas de ônibus 442 e 499 que vão até o ponto mais alto do futuro bairro, e que segundo os mesmos atendem suas necessidades, facilitando o acesso da população aos bens de consumo e serviços.

O acesso das linhas de ônibus só foi possível pela abertura e alargamento de novas ruas e ao calçamento das mesmas, lembrando que em 2004 existia apenas algumas pequenas ruas que mais pareciam trilhas, sem nenhum tipo de calçamento.

Mesmo com todas as melhorias detectadas, alguns moradores se mostram insatisfeitos com o abastecimento de água e de coleta do lixo, alegando que não existe uma frequência assídua dos caminhões que realizam este tipo de serviço.

A seguir fazemos uma análise comparativa de três aspectos que julgamos relevantes referentes ao Alto Santo Antônio nos anos de 2004 e 2006. Estes aspectos dizem respeito ao tipo de moradia, escoamento sanitário e iluminação pública.



Gráfico 1:

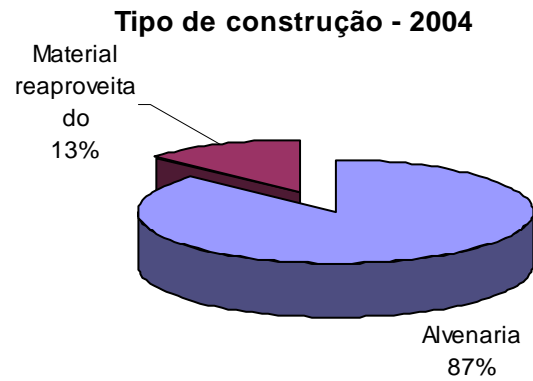


Gráfico 2:

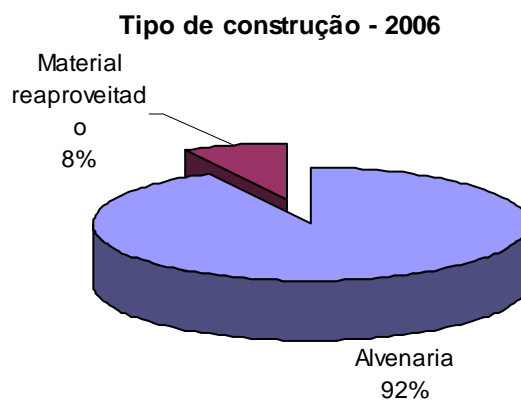
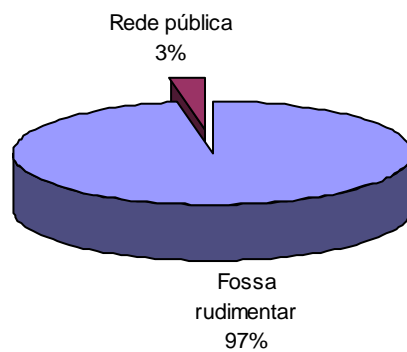


Gráfico 3:

Escomento Sanitário - 2004 e 2006





Em relação ao tipo de construção e de acordo com os gráficos podemos afirmar que as construções com materiais reaproveitados diminuíram consideravelmente em 2006, conseqüentemente o número de construções em alvenaria aumentou, demonstrando uma possível melhoria no padrão de vida da população.

Como aparece no título do gráfico entre os anos de 2004 e 2006 não houve nenhuma alteração quanto a este recurso, visto que a rede de esgoto sanitário iniciou suas obras em janeiro de 2006 e ainda permanece em andamento.

Gráfico 4:

Fornecimento de Energia Elétrica - 2004

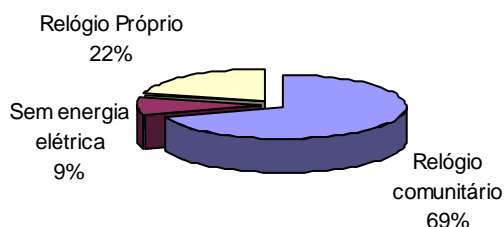
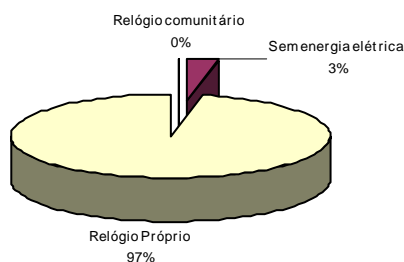


Gráfico 5:

Fornecimento de Energia Elétrica - 2006



Analisando os gráficos de fornecimento de energia elétrica vimos que em 2004 a maioria da população era abastecida com o “relógio comunitário”, ou seja, sua luz vinha de ligações clandestinas. O que nos chamou atenção é que em 2006 este tipo de abastecimento desapareceu devido à implantação da rede de iluminação pública.



Considerações finais

A crise urbana é uma consequência do fracasso dos modelos político-econômicos nacionais, porém com relação às políticas públicas direcionadas para a parcela da população que vive nas áreas de assentamentos subnormais, vale destacar que quando são bem administradas o resultado é benéfico à população.

Diagnosticamos este fato no estudo de caso realizado no Alto Santo Antonio, onde em 2004 analisamos um quadro de total abandono pelo poder público, o que foi revertido a partir do momento que este interviu no processo de urbanização cumprindo o seu papel.

“A amenização dos problemas urbanos brasileiros passa pelo reconhecimento de que a política urbana deve ser vista numa perspectiva intersetorial, com inserção no contexto macroeconômico e social, tendo em vista melhor aplicação dos investimentos urbanos, a ampliação da eqüidade social, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (MOTTA, MUELLER et TORRES, 1997: 40).

Os problemas sócio-ambientais têm forte relação com a pobreza da população nos assentamentos de submoradias que, por sua vez, são vítimas de um processo de integração de um espaço produtivo global que os exclui. Tanto essa parte da população tem menos acesso a serviços de infra-estrutura básica, como é a maior vítima, posto que as condições de renda e as políticas inadequadas não permitem que a população tome atitudes defensivas.

Não podemos deixar de ressaltar que apesar deste tipo de intervenção que está ocorrendo no Alto Santo Antônio, apresentar também caráter eleitoreiro, não deixa de beneficiar as pessoas que ali residem, melhorando a qualidade de vida das mesmas e ao mesmo tempo ressocializando-as, visto que, elas estavam marginalizadas perante a sociedade.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, T. et SERRA, R. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Textos para discussão do IPEA. N. 554, 1998.
- BASTOS, W.de Lima, FILHO, J.T.de A, CASTRO, N.B.de, CID, W. e OLIVEIRA, A.de. **História Econômica de Juiz de Fora**. Instituto histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2001.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- DAMIANI, A.L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1998.
- FANI, A. C. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERNANDES, F.A **Revolução Burguesa no Brasil**. Interpretes do Brasil 2.ed. Rio de Janeiro, v.3, Nova Aguiar, 2002.



HOLLANDA, S.B.de. **Raízes do Brasil**. Interpretes do Brasil 2.ed. Rio de Janeiro, v.3, Nova Aguiar, 2002.

OLIVEIRA, N.B. de. Mobilidade residencial em Juiz de fora, Minas Gerais – estudo de caso no Alto Santo Antônio. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS. **Anais do I simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmicas Econômica e Produção do Espaço Urbano**. Presidente Prudente: GASPE/UNESP, p.1-16, 2005b. 1 CD=-ROM

OLIVEIRA, N.B.de; CHAVES, T.S. et GONÇALVES, O.de. Assentamentos de submoradias, segregação sócio-espacial e dinâmica social em Juiz de Fora, Minas Gerais – estudo de caso do Alto Santo Antônio: In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS. **Anais do I simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmicas Econômica e Produção do Espaço Urbano**. Presidente Prudente: GASPE/UNESP, p.1-16, 2005b. 1 CD-ROM

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Interpretes do Brasil 2.ed. Rio de Janeiro, v.3, Nova Aguiar, 2002.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Texto para discussão do IPEA. N. 329, 1994.

MENDONÇA, F. & VICENTINI, Y. (org). **Desenvolvimento e meio ambiente** – Cidade e ambiente urbano. Paraná: UFPR, Revista n.º 32001

MOTTA, D. M.; MUELLER, C. C. et TORRES, M. O. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro**. Texto para discussão do IPEA. N. 530, 1997.

PJF. **Plano Diretor de desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, PJF, 1999.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**. Intérpretes do Brasil. Interpretes do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, v.2, Nova Aguiar, 2002.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA, M. L. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, J. R. et CÂNDIDO, J. O. **O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas**. Texto para discussão do IPEA N. 410, 1999.